



CIEA7 #22:

MIGRATION – FOOD – SECURITY. FLOWS, DYNAMICS AND TURBULENCES
IN AFRICAN AGRARIAN SOCIETIES.

Victor Reis^o

victor.reis@netcabo.pt

A produção alimentar mundial e a dependência de Cabo Verde e STP em relação às condições do mercado mundial

Os maiores exportadores de cereais são empresas americanas que, entre 2002 e 2006, efectuavam metade das exportações mundiais de milho, mais de oitenta por cento do arroz e um quarto do trigo. Apesar de estas exportações não representarem mais de 12% da produção mundial, o domínio exercido por estas empresas sobre a cadeia de valor da produção alimentar torna-as os actores mais influentes dos mercados, tanto de alimentos processados, como de cereais.

Os pequenos estados, como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde estão dependentes do abastecimento alimentar e são vulneráveis às variações dos preços que afectam o seu rendimento nacional e o bem-estar das comunidades locais.

Surpreendentemente, o impacto no mercado local da subida internacional dos preços dos produtos alimentares, entre 2003 e 2008, foi menor que a que seria de esperar face à magnitude da variação dos preços internacionais.

Tal observação permite reconhecer a importância do estudo dos factores internos que resistem às ameaças da conjuntura externa, em particular, aquelas que podem ameaçar as condições de vida das comunidades mais vulneráveis.

Cabo Verde, Food security, Influências externas.

^o Centro de Estudos Africanos – ISCTE-IUL.

Em 2007 os cereais e os produtos alimentares, em geral, tiveram uma subida de preços que se tornou preocupante pelo impacto que poderia ter em comunidades cuja dependência crónica do abastecimento alimentar podia tornar o seu acesso cada vez mais difícil.

OS EXCEDENTES, AS EXPORTAÇÕES E OS PRINCIPAIS IMPORTADORES DE CEREAIS

Pela importância que os cereais têm na alimentação humana será pertinente compreender, através de um breve relance, a dimensão da produção global e sua utilização média, entre 2006 e 2009.

A partir dos dados fornecidos pela FAO, os países em desenvolvimento produziram mais de metade (56%) da produção total.

	Milhões de toneladas	Percentagem
Produção	2.137,9	100%
Países em desenvolvimento	1.198,0	56%
Países desenvolvidos	939,8	44%

Quadro 1 - Média anual da produção de cereais entre 2006 e 2009.
FAO, *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010.*

Mas foram também estes países que utilizaram a maior parte (61%) desta produção, tendo apresentado em média, por ano, um défice de 101,3 milhões de toneladas.

	Milhões de toneladas	Percentagem
Utilização	2.130,2	100%
Países em desenvolvimento	1.299,3	61%
Países desenvolvidos	830,9	39%

Quadro 2 - Utilização média anual de cereais entre 2006 e 2009.
FAO, *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010.*

Os países desenvolvidos, por outro lado, apresentaram, no mesmo período, um superávide, ligeiramente superior ao défice dos países em desenvolvimento.

Diferença entre a Produção e a Utilização	Milhões de toneladas
Países em desenvolvimento	- 101,3
Países desenvolvidos	109,0

Quadro 3 - Diferença entre a produção e utilização média anual de cereais (2006-2009).
FAO, *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010.*

Embora as exportações mundiais de cereais não representem mais de 12% da produção mundial, percebe-se que sejam os países desenvolvidos que detenham o controlo sobre a maior parte (70%) destas exportações.

	Milhões de toneladas	Percentagem
Exportações	264,3	100%
Países em desenvolvimento	78,9	30%
Países desenvolvidos	185,4	70%

Quadro 4 - Média anual das exportações de cereais entre 2006 e 2009.
FAO, *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010.*

Esta preponderância confere-lhes uma posição dominante no mercado internacional de cereais, não deixando, contudo de observar que a sua influência é atenuada pela produção e reservas locais.

É também significativo que sejam os EUA os maiores exportadores de milho, trigo e arroz, acompanhados da França, Canadá e Austrália.

Os três primeiros exportadores	Milho		Trigo		Arroz	
	Países	%	Países	%	Países	%
Primeiro	EUA	49,9	EUA	24,1	EUA	81,1
Segundo	França	11,9	Canadá	13,7	China	3,7
Terceiro	Argentina	10,5	Austrália	13,2	Uruguai	2,9

Quadro 5 – Os três maiores exportadores de milho, trigo e arroz, entre 2002 e 2006.
UNCTAD, *World Investment Report, 2009.*

Por outro lado, entre os *países com défice alimentar e baixo rendimento (cerca de 42% dos países membros da ONU)*, 82 formularam pedidos de importação em 2009 sendo 47% destes pedidos apresentados por países africanos e 49% por países asiáticos.

Continentes	Total dos pedidos de importações em 2009	Para ajuda alimentar	% do total
África (44 países)	41.011	2.686	47%
Ásia (25 países)	42.767	2.662	49%
América Central (3 países)	1.725	198	2%
Oceania (6 países)	438	0	1%
Europa (4 países)	1.230	0	1%
Total (82 países)	87.171	5.546	100%

Quadro 6 - Pedidos de importação dos países de baixo rendimento e défice alimentar (LIFDC). Nos diferentes continentes (em milhares de toneladas).
FAO, *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010.*

Nestes pedidos de importação incluem-se os apelos de ajuda alimentar. Mais de metade destes (58%) pedidos de ajuda dos países Africanos foram apresentados por estados da África Oriental.

África e suas regiões	Total dos pedidos de importações em 2009	Para ajuda alimentar	% dos pedidos de importação dos países africanos
África (44 países)	41.011	2.686	
Norte de África	18.242	0	44%
África Oriental	5.910	1.555	14%
África Meridional	4.013	593	10%
África Ocidental	11.068	453	27%
África Central	1.778	85	4%

Quadro 7 - Pedidos de importação dos países de baixo rendimento e défice alimentar (LIFDC), em África (em milhares de toneladas).

FAO, *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010.*

Destes 44 países africanos, 20 são considerados países em crise a precisar de ajuda externa. Entre os PALOP, apenas a Guiné-Bissau se encontra neste grupo.

O CONTROLO DO MERCADO INTERNACIONAL DE CEREAIS

Embora o total das exportações de cereais, como já antes foi referido, represente uma percentagem de 12% da produção mundial, o número de países, total ou parcialmente dependente do abastecimento externo, é de 82. Por outro lado o número de países que detêm excedentes é muito reduzido estando o mercado muito concentrado.

Este mercado é dominado por muito poucas empresas transnacionais de grande dimensão que controlam a cadeia de valor da produção alimentar.

As empresas que dominam o comércio de cereais constituem uma parte de conglomerados integrados verticalmente incluindo interesses financeiros. O processo de integração vertical da produção alimentar procura internalizar no sistema de valor vários estádios de produção e segmentos de valorização de um produto ou conjunto de produtos qualquer que seja a sua localização mundial. Só uma parte deste conjunto de actividades se inclui na produção agrícola, como as plantações e quintas quer de quintas integrada por apropriação directa quer através de contratos de fornecimento cujas condições são ditadas pela empresa dominante.

No mercado de cereais, 82% das exportações de milho são feitas por três empresas: Gargill, ADM e Zen Noth. Algumas destas empresas dominam outros mercados de produtos e serviços associados à cadeia de valor alimentar internacional

como é o caso dos serviços de carga e de expedição de cereais, o empacotamento de carne e a moagem. Mais de 60% destes mercados são detidos por apenas quatro empresas. Uma dessas empresas é a Cargill. A Cargill é o maior exportador de cereais dos EUA e, provavelmente, do mundo e domina outros sectores da produção agrícola, abastecimento e processamento. Tem o domínio sobre o mercado do milho, da soja, do trigo e algodão. Está na sétima posição mundial entre as empresas da alimentação e bebidas. É um importante actor nos mercados de carne empacotada, etanol, aço, produção de fertilizantes e serviços financeiros.¹

“As fontes do poder sobre o mercado das transnacionais que operam nos negócios agrícolas, são multifacetados e estão para além da mera concentração. Têm acesso privilegiado à informação, ao capital e ao poder político o que, tudo junto, ajuda a limitar a competição através da criação de barreiras à entrada no mercado.”² As empresas transnacionais dominantes operam em cerca de 100 países e têm acesso a informação a que muito poucos actores têm acesso”. Os preços das mercadorias não dependem apenas da procura e da oferta mas também das expectativas sobre a sua futura disponibilidade. Os futuros e as opções de mercado são ferramentas de gestão que ajudam a compensar a exposição ao risco de variação dos preços através de um contrato de fornecimento, antecipando a colheita. Estas empresas têm acesso a enormes somas de capital que lhes permitem cobrir os futuros e influenciar os preços.³

Esta concentração do poder do mercado leva-nos a concluir ser “importante procurar compreender o que é economicamente racional para as empresas transnacionais dominantes”. As políticas desenhadas apenas a partir do comportamento dos produtores, consumidores e actores governamentais deixam de fora aqueles que determinam realmente a maior parte da economia agrícola, quer local quer global.” Por ser vigorosa a influência de *lobbying* das transnacionais, procurando garantir que as políticas sirvam os seus interesses, é vital compreender as operações dos negócios agrícolas destas organizações na construção de uma política que pretenda atingir a segurança alimentar”⁴.

A VARIAÇÃO INTERNACIONAL E LOCAL DOS PREÇOS, EM 2007 E 2008

De 2003 a 2008 os preços internacionais dos produtos alimentares sofreram uma subida constante, acentuando-se em 2007 e 2008.

¹ Hendrickson, Wilkinson, Heffernan and Gronski (2008), *The Global Food System and Nodes of Power in the Food System*, August 2008, (<http://ssrn.com/abstract=1337273>)

² FAO (2003), *Trade reforms and food security – conceptualizing the linkages*, Roma: Commodities and Trade Division, 2003. (<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e0e.htm#fn146>)

³ FAO (2003).

⁴ FAO (2003). Tradução do autor.

“Entre os factores responsáveis pelo aumento dos preços das mercadorias (“commodities”) apresentam-se os elevados custos de produção provocados pela subida do preço do petróleo, a queda por razões climáticas na produção de produtos chave nas exportações de certos países e um forte aumento da procura – incluindo a destinada ao aumento dos stocks de biocombustível. Estes factores ocorrem numa situação de baixa histórica global de stocks de cereais.”⁵ A estes factores não será negligenciável acrescentar a influência das operações de natureza financeira influenciando a cotação dos futuros das “commodities”. Não deve também deixar de se considerar a importância da estrutura de mercado internacional dominado por empresas com dimensão transnacional e com uma forte integração vertical, o que lhes permite influenciar quer as opções da procura para a produção alimentar ou para biocombustível, quer a oferta, podendo ainda potenciar as tensões sobre o mercado e preços através da sua intervenção nos mercados financeiros. Embora não se possa afirmar que existe uma relação causal exclusiva entre a capitalização bolsista nos anos 2006 e seguintes, pode afirmar-se que existe uma correlação entre essa capitalização e o preço das “commodities”. A partir de 2009, com o agravamento da crise financeira internacional, os índices dos preços dos cereais tendem a apresentar uma diminuição à semelhança do que acontece com outros produtos como o petróleo.

RESILIÊNCIA LOCAL

A observação da evolução dos preços do arroz em termos mundiais, apresentado no Índice FAO, permite observar que em 2006 o preço é 37% superior à média de 2002- 2004 e que, a partir de 2007 se observa um crescimento de 18% em relação a 2006 acelerando fortemente em 2008 com uma taxa de crescimento anual de 83% em relação a 2007.

Período	Índice	Taxa de Variação anual
2006	137	
2007	161	18%
2008	295	83%
2009	253	-14%
2010 - Maio	201	-21%

Quadro 8 - Índices de preços do arroz (base: 100 = média de 2002 a 2004)
FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, pp. 90.

⁵ FAO(2008), *The State of Food and Agriculture*, Roma: Electronic Publishing Policy and Support Branch Communication Division, (<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00.htm>). Tradução do autor.

Comparando, contudo, os dados do **Gráfico 1**, pode observar-se que, exceptuando a Tailândia, a subida dos preços domésticos foi sempre muito inferior à registada nos preços do mercado internacional, após a correcção cambial. “Durante este período vários países prosseguiram políticas destinadas a isolar os mercados domésticos dos preços internacionais. Por exemplo, a Índia e as Filipinas utilizaram o armazenamento e distribuição pública tal como restrições ao comércio internacional e o Bangladesh utilizou taxas aduaneiras variáveis de modo a estabilizar os preços domésticos”.⁶ O menor impacto da subida dos preços mundiais nos mercados locais não significa, contudo, que os consumidores não tenham sido afectados. Segundo o estudo feito pela FAO⁷, 10% de crescimento dos preços nos principais alimentos significa uma redução de 3% do bem-estar dos mais pobres situados nos vinte por cento da população de menor rendimento. Os preços subiram cerca de 25 a 30 por cento no Bangladesh, Índia e Paquistão com consequências importantes para as comunidades de menor rendimento destes países.



Gráfico 1 – Variações no preço real do arroz em certos países da Ásia, de Outubro - Dezembro de 2003 para Outubro - Dezembro de 2007.

As principais medidas de política utilizadas pelos governos para reagir à subida internacional dos preços da alimentação foram a redução das taxas aduaneiras sobre as importações, a contingentação ou proibição de exportações de cereais, o pagamento de subsídios á importação, o controlo directo dos preços dos alimentos e a redução dos impostos sobre os bens alimentares (Gráfico 2).

⁶ FAO(2008). Tradução do autor.

⁷ FAO(2008).

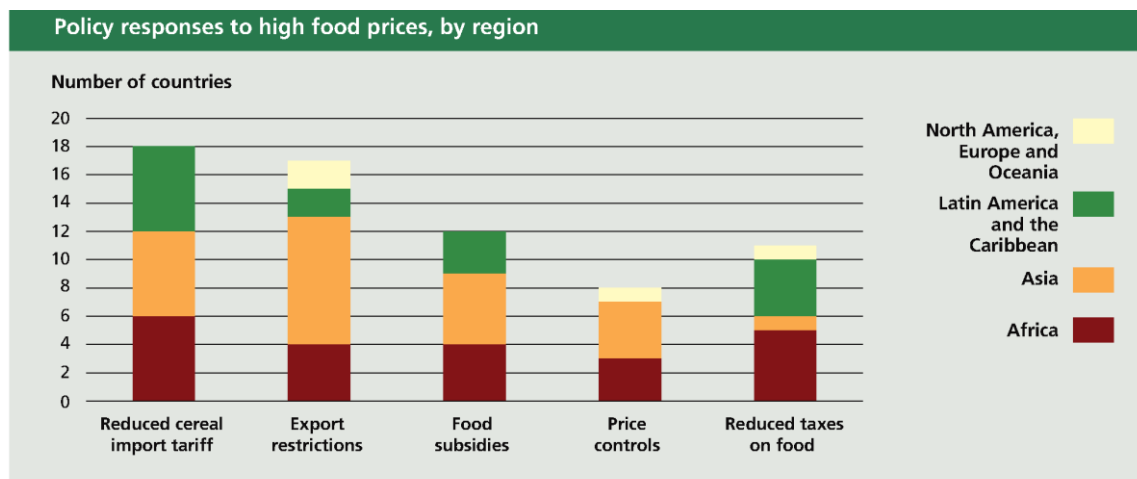


Gráfico 2 – Respostas políticas aos elevados preços da alimentação, por região

As restrições às exportações foram mais praticadas nos países asiáticos com incidência sobre a oferta internacional e o respectivo preço. As restantes medidas, de carácter eminentemente fiscal ou de apoio directo sobre os preços têm um alcance limitado a longo prazo, pelos custos que decorrem para os Estados ou para o abastecimento local.

IMPACTO NA BALANÇA DE MERCADORIAS DE CABO VERDE E STP

Uma das características de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe é a sua dependência em relação ao abastecimento externo. Esta deve-se aos seus limitados recursos naturais e humanos. Mas os desafios que se colocam a estes dois pequenos estados, embora comuns em muitos aspectos, devem contudo ser distinguidos pelas suas diferentes condições geo-ecológicas, culturais e humanas. A população cabo-verdiana é quatro vezes superior à são-tomense estando dispersa em nove das dez ilhas, muito influenciadas por um clima escasso em pluviosidade marcando uma cadência muito irregular nas colheitas locais. Em contraste a São Tomé e Príncipe é não só um território com um riqueza vegetal endémica, com uma pluviosidade regular que torna possível, não só a existência de uma economia de subsistência natural como uma agricultura sem os sobressaltos da ausência de chuvas.

Aparentemente as condições endógenas mais favoráveis em STP para o abastecimento alimentar das populações torná-lo-ia menos vulnerável às variações externas do preço dos bens alimentares. Contudo, o processo de urbanização crescente, ao criar segmentos da população mais dependentes do abastecimento alimentar externo, contraria esta aparente vantagem. Por outro lado, Cabo Verde mantém alguma actividade agrícola sobretudo nas ilhas de Santiago e Santo Antão

que permite manter o abastecimento de frutos e legumes dos principais meios urbanos Praia, São Vicente e Sal. Nos anos bons produz também o milho.

Em STP estima-se uma população urbana de 62,2% da população total e em Cabo Verde, 61,1%.

População Urbana estimada para 2010	STP	CV
	62,2%	61,1%

Quadro 9 - População urbana em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde
PNUD (2009), Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, Coimbra: Edições Almedina, SA.

Apesar das condições naturais serem distintas, ambos os países estão dependentes do abastecimento externo de alimentos cuja procura revela pouca elasticidade. Embora este abastecimento não seja tão crítico para as populações rurais de STP, já o mesmo não se poderá dizer para as populações urbanas.

Dada a sensibilidade destes pequenos estados arquipélago em relação ao financiamento externo, tem sentido conhecer o peso do abastecimento alimentar nas suas contas externas e o eventual impacto sobre estas contas, da variação do preço internacional dos bens alimentares.

Período	Índice	Taxa de variação
2002	90	-
2003	98	9%
2004	111	13%
2005	115	4%
2006	122	6%
2007	154	26%
2008	191	24%
2009	152	-20%
Maio de 2010	164	8%

Quadro 10 - Índices de preços da alimentação da FAO (base: 100 = média de 2002 a 2004)
FAO (2010), Food Outlook, June 2010, pp. 90.

O valor das importações de bens alimentares em 2007 representava, em STP em 2007, 27% das importações de mercadorias enquanto em Cabo Verde, no ano de 2005 esta percentagem era de 28%. Estima-se que, em qualquer dos países, o aumento de 26% no preço dos bens alimentares de acordo com o Índice da FAO, pudesse agravar o défice da balança de mercadorias em cerca de 7%. Esta estimativa, contudo, baseia-se em pressupostos ainda não confirmados, designadamente, se os contratos de abastecimento foram celebrados a preços alinhados como os preços internacionais, se a estrutura das importações se manteve e se a estrutura dos bens alimentares adquiridos apresenta o mesmo perfil do utilizado pelo índice da FAO.

DIVERGÊNCIA ENTRE A VARIAÇÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS E LOCAIS

Uma análise do impacto local, sobretudo em Cabo Verde, levar-nos-á contudo a algumas conclusões surpreendentes.

Primeiro, o preço da alimentação na Praia, em S. Vicente e nas zonas rurais subiu em 2007 a uma taxa anual de, respectivamente, 9%, 6% e 5%, muito inferiores aos 26% do índice FAO.

Por outro lado, a subida local do preço dos cereais na Praia e nas Zonas rurais foi de 4% e em S. Vicente de 12%. Admite-se que tal diferença esteja relacionada com a proximidade da Praia ao meio rural de Santiago sofrendo, assim, a influência do mercado local cujo comportamento será idêntico ao de outras zonas rurais, como Santo Antão.

Trata-se, contudo de uma hipótese de estudo não comprovada.

É possível, a partir destes dados concluir que existe alguma resiliência local à variação dos preços internacionais, ou por a produção local amortecer esse efeito, ou por se terem utilizado reservas disponíveis, ou pela intervenção de Estado ter contido o crescimento dos preços. Uma das medidas que o governo cabo-verdiano preconizava para 2008, caso o preço dos bens alimentares continuassem a subir, era a redução dos impostos sobre as importações de bens alimentares.

2007	Praia		S. Vicente		Zonas rurais	
	Alimentação	Cereais	Alimentação	Cereais	Alimentação	Cereais
Janeiro	207,4	174,6	195,1	157,6	198,3	170,2
Dezembro	224,1	180,6	206,7	174,8	207,6	176,6
Taxa de variação anual	9%	4%	6%	12%	5%	4%

Quadro 11 - Índice dos preços dos bens alimentares em Cabo Verde, no ano de 2007.

INE, (2008), *IPC 2007, Praia*.

O efeito local da variação observada é muito menor do que se poderia admitir a partir da variação do preço internacional dos alimentos. Embora ainda não seja possível, com os dados disponíveis, avaliar o efeito do crescimento dos preços sobre o bem-estar das pessoas mais pobres é, contudo possível avaliar o impacto no poder de compra dos consumidores cabo-verdianos.

A partir dos dados sobre a estrutura do consumo é possível concluir que a subida dos preços na alimentação não teve consequências iguais nas regiões rurais e urbanas e nas diferentes ilhas. Estas diferenças devem-se não só ao diferente comportamento dos preços como, também, à diferente estrutura de consumo na Praia, S. Vicente e Zonas Rurais.

Grupos de bens e serviços	Praia	S. Vicente	Z. Rurais
Alimentação	55%	48%	52%
Bebidas	5%	8%	8%
Tabacos e cigarros	1%	1%	2%
Vestuário e calçado	8%	7%	11%
Habit., Equip. e Mat. Uso domést.	20%	19%	11%
Saúde, higiene e cuidados pessoais	5%	4%	5%
Transportes e comunicações	6%	8%	9%
Outros	1%	4%	1%
	100%	100%	100%

Quadro 12 - Estrutura do consumo na Praia, S. Vicente e zonas rurais, em 2007

INE,(2008), *IPC 2007*, Praia.

O impacto foi mais acentuado na Praia onde o poder de compra terá sofrido uma quebra de 5%, enquanto em S. Vicente e nas Zonas Rurais esta diminuição do poder de compra terá sido de 3%.

Se os preços em vigor reflectissem a subida observada no mercado internacional, esta perda de poder de compra seria da ordem dos 10 a 11%.

Variação dos preços	Praia	S. Vicente	Z. Rurais
Locais	5%	3%	3%
De acordo com o índice da FAO	10%	10%	11%

Quadro 13: Comparação entre a perda de poder de compra em Cabo Verde, em 2007, resultante da variação dos preços locais, com o que seria estimada a partir do índice de preços da FAO
Fonte: autor a partir de dados do INE (2008).

RESILIÊNCIA LOCAL: UM PONTO DE PARTIDA PARA O ESTUDO DE CV E STP

A diferença significativa entre a variação dos preços dos produtos alimentares em Cabo Verde em 2007 e a variação do índice de preços dos bens alimentares da FAO indicia a presença de factores de resiliência local relacionados com a produção agrícola local e alguma diversificação da produção alimentar local quer agrícola quer industrial. Apesar da dependência em relação ao abastecimento externo de produtos alimentares admite-se que a produção em Santiago, S. Antão, S. Nicolau e Brava permitem que os preços tanto dos cereais como da alimentação, em geral, apresentem um crescimento entre os 4% e os 12%. Esta hipótese parece ser sustentada pela diferença entre o crescimento dos preços dos cereais, respectivamente, nas zonas rurais e em S. Vicente. Refira-se, também, que o crescimento dos preços dos cereais que se observa na Praia poderá reflectir a sua

proximidade do abastecimento das regiões rurais da ilha de Santiago e o abastecimento constante desta cidade pelos agricultores.

Admite-se, por isso, que o efeito conjuntural da variação dos preços dos cereais será amortecido pela produção local e pela constituição de reservas alimentares o que se espera vir a comprovar com dados que ainda não estão disponíveis.

Países	Taxa de inflação	Peso dos bens alimentares na importação de bens	Saldo Balança corrente/PIB	Dívida externa/PIB
CV (2007)	4,50%	28% (**)	-13%	40% (*)
STP (2007)	15,90%	27%	-30%	103,40%

Quadro 14 - Taxa de inflação, balança corrente/PIB, peso dos bens alimentares no abastecimento externo e Dívida externa/PIB de Cabo Verde e STP em 2007

Fontes: BP, BSTP, BCV. (*) Dívida pública. (**) Em 2005.

Em STP admite-se que a escalada de preços dos bens alimentares será amortecida também pela produção interna cujo mercado se vai ajustando às condições do poder de compra locais. Neste país o que realmente afecta o poder de compra é a elevada taxa de inflação o que altera o rendimento disponível real das populações e a composição do consumo. É natural que se observe o aumento do peso dos bens alimentares no consumo das famílias provocado pela inflação. A população urbana será, porventura, a mais afectada por ter que recorrer aos seus recursos monetários para a aquisição de bens alimentares. Os preços destes bens reflectirão tendencialmente a subida generalizada dos preços. E esta deve-se a factores que influenciam internamente a procura e a inflação e não à subida no mercado internacional do preço dos cereais. As populações rurais, por outro lado, recorrendo em grande parte à economia natural poderão mais facilmente ajustar-se à inflação. A identificação desta relação entre a cidade e o campo e das lógicas de adaptação às condições de grande dependência financeira externa cujo ajustamento se tem feito sempre através de uma constante depreciação da moeda local, é um campo de investigação do maior interesse.

BIBLIOGRAFIA

- BCV (2010), *Indicadores Económicos & Financeiros*, Praia: Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos, 2010.
http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/estatistica/indicador/2010/bi_2010_05.pdf
- BP (2010), *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2008-2009*, Lisboa: Departamento de Relações Internacionais.
http://www.bcplp.org/SiteCollectionDocuments/00_EEPTL_2009.pdf
- BSTP (2007), *Relatório Anual 2006*, São Tomé.

- FAO (2003), *Trade reforms and food security – conceptualizing the linkages*, Roma: Commodities and Trade Division, 2003. (<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e0e.htm#fn146>)
- FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, (<http://www.fao.org/docrep/012/ak349e/ak349e00.pdf>)
- FAO (2008), *The State of Food and Agriculture*, Roma: Support Branch Communication Division, 2008. (<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00.htm>).
- FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n° 1*, 14/06/2010. (<http://www.fao.org/docrep/011/ai480e/ai480e00.htm>).
- Hendrickson, Wilkinson, Heffernan and Gronski (2008), *The Global Food System and Nodes of Power in the Food System*, August 2008. (<http://ssrn.com/abstract=1337273>)
- INE (2008), *IPC2007, Praia*.
- PNUD (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009*, Coimbra: Edições Almedina, SA.
- UNCTAD (2009), *World Investment Report, 2009* (<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=11904&intltemID=5037&lang=1&mode=downloads>)